

País emitirá títulos em real no exterior

Brasil - Economia

Secretário do Tesouro diz que governo estuda fazer captações mais freqüentes em moeda nacional

Roberto Stuckert Filho

Martha Beck

• BRASÍLIA. O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, afirmou ontem que está na agenda de o governo emitir, "a qualquer momento", bônus atrelados ao real, na carona das emissões que bancos brasileiros (como ABN-Amro/Real e Votorantim) e instituições multilaterais — como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) — fizeram no mês passado. O Bradesco e o Banco do Brasil também lançaram títulos em reais recentemente no mercado.

— O real pode ser uma moeda para emitir com muita segurança e sucesso. A gente tem estudado uma maneira que seja mais sistemática do que emitir um título de vez em quando. Vamos tentar abrir nosso mercado em real e em taxa fixa — afirmou o secretário do Tesouro.

Estatais terão que fazer economia adicional este ano

Levy comemorou a decisão de várias instituições emitirem títulos em real no mercado externo nas últimas semanas, classificando o momento de "esplêndido". O secretário não quis falar em prazo para um bônus



JOAQUIM LEVY: a revisão do PIB vai obrigar as empresas estatais a economizarem mais R\$ 400 milhões este ano

com essas características. Mas afirmou que outro item que consta da agenda do governo é o alongamento da dívida brasileira, cuja relação com o Produto Interno Bruto (PIB) deverá cair três pontos percentuais este ano. Essa relação estava em 58,7% no fim de 2003.

Segundo Levy, a queda permitirá a redução do prêmio de

risco do país — que é um indicador de solvência acompanhado com lupa pelo mercado internacional — e dos custos de financiamento das empresas.

— O Brasil vai poder começar a funcionar com melhores margens, reduzir o custo de financiamento das empresas e permitir que o nosso

prêmio de risco fique nos níveis mais baixos da história. Isso nos põe no caminho de um desenvolvimento sustentado — afirmou Levy, durante a cerimônia de entrega do IX Prêmio Tesouro Nacional.

Ele informou ainda que as empresas estatais — como Petrobras, Banco do Brasil e Eletronor — serão obrigadas a

fazer, em conjunto, uma economia adicional de R\$ 400 milhões este ano. Isso porque a revisão do PIB — cuja previsão inicial de expansão era de 3,5%, mas já pulou para 5% — elevou o valor a ficar retido na caixa de União, estados e municípios para o pagamento de juros da dívida pública, o chamado superávit primário.

Maior parte do aperto extra de R\$ 2 bi ficará com a União

No conjunto do setor público, o esforço fiscal terá de chegar a 4,5% do PIB, que é meta interna do governo federal, 0,25 ponto percentual acima dos 4,25% acertados no atual acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Como o PIB será nominalmente maior e a meta é uma proporção deste número, o superávit exigirá mais arrocho nos gastos públicos. Segundo Levy, a economia extra é de R\$ 2 bilhões, o que significa que as estatais responderão por 20% do total.

O aperto restante será promovido pela União. Mas Levy afirmou que o governo se preparou para fazer essa economia adicional e, mesmo sem que ele tenha sacramentado a decisão, o esforço não deverá provocar cortes no Orçamento. ■